



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ
GABINETE DO PREFEITO

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 28/2023

EMENTA: “DISPÕE SOBRE AS CRIAÇÃO DE REGRAS PARA DIVULGAÇÃO DE PREÇOS PROMOCIONAIS DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS”.

Senhor Presidente,

Pelo presente, ao receber desta Casa Legislativa o Projeto de Lei epigrafo para respectiva sanção, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal, procuramos analisá-lo atentamente, fazendo com que a presente decisão repouse na trilha da regularidade e da legalidade.

A proposição dispõe sobre regras municipais na divulgação de preços de combustíveis, mas em que pese relevância do projeto, este não pode ser sancionado, mas em que pese **relevância do projeto**, este não pode ser sancionado por ser claramente **inconstitucional**.

O projeto de lei sobre exame aborda duas matérias, sendo que nenhuma delas está inserida na competência municipal para legislar. A proposição abarca matéria afeta a direito do consumidor, cuja competência legislativa é concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal, conforme artigo 24, incisos V e VIII da CRFB/88, bem como sobre energia (combustível), de competência privativa da União como prevê o artigo 22, inciso IV da CRFB /88.

Assim, o projeto de lei padece de **inconstitucionalidade por usurpar competência privativa da União para legislar sobre energia (art. 22, IV, da Constituição Federal), bem como competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre produção e consumo e sobre responsabilidade por dano ao consumidor (art. 24, V e VIII).**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre

...

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

V - produção e consumo;

...

Desta forma, cabendo somente à União e aos estados a competência privativa para legislar sobre a produção e o consumo, e somente à União legislar sobre energia combustível, **não pode o município fazê-lo, sob pena de violar os dispositivos constitucionais acima destacados.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
GABINETE DO PREFEITO

Tanto que já existe a Lei Federal nº 10.962 de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, bem como o Decreto Federal nº 10.634 de 22 de fevereiro de 2021 que dispõe especificamente sobre a divulgação de informações aos consumidores referentes aos preços dos combustíveis automotivos.

2

Tendo em vista tais considerações, o certo é que a proposição, ao tratar de regras sobre afixação de preços nos postos de abastecimentos de combustíveis viola o pacto federativo que está definido na Constituição de 1988 pelos art. 1º e art. 18, além dos que delimitam as competências de cada ente da federação:

“Art. 1º, CF: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos [...]”

“Art. 18, CF: A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”

Cabe observar que ainda que o município possua competência legislativa suplementar para legislar sobre assunto de interesse local, o ente municipal não pode estabelecer restrições e regras que não foram previstas pelo legislador estadual ou federal — mormente quando estes, já tendo disciplinado a matéria objeto do projeto de lei, optaram por não adotar tais regras, ao contrário do que pretende os executivos municipais.

Desta forma, com fulcro no artigo 55, § 2º, c/c art. 68, V, da LOM, é o presente para VETAR TOTALMENTE o Projeto pautado, ante as razões acima expostas, esperando que essa Casa Legislativa, acolha o respectivo veto, renovando os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Barra do Piraí, RJ, 11 de maio de 2023.

MÁRIO REIS ESTEVES
Prefeito

Exmo. Sr. RAFAEL SANTOS COUTO
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA